

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ: 05.063.249/0001-60

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ: 05.063.249/0001-60

Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balço patrimonial.....	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia

A ETAU atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de existência. A ETAU atua na região Sul e responde por 0,19% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a ETAU detém a concessão de linha de transmissão da Rede Básica que compreendem 02 subestações (SE Lagoa Vermelha 2 e SE Barra Grande) e acesso a outras duas: SE Campos Novos e SE Santa Marta, com 188 km de linha de transmissão, nas tensões entre 230kV, conforme quadro a seguir:

Linha de Transmissão em Operação - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
ETAU	Simples	230	188	150	18/12/2002	18/12/2032

Linha de Transmissão	RAP - R\$ mil (*)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
ETAU	48.001	Jul/20	Junho	IGP-M

(*) RAP estabelecida conforme resolução homologatória nº 2.408 de 28 de junho de 2018.

Considerando a linha em operação, a RAP esperada é de R\$48.001 para 2019 a 2023 (evolução de 1,81% em relação a 2018), conforme quadro a seguir:

Linha de Transmissão	2017 (*)	2018 (*)	2019	2020	2021	2022	2023
ETAU	45.901	47.147	48.001	48.001	48.001	48.001	48.001

(*) RAP realizada.

Desempenho Financeiro regulatório- R\$ mil	2018	2017
Receita operacional líquida	43.230	42.335
EBITDA	36.839	36.145
Margem EBITDA	85,22%	85,38%
Reconciliação do EBITDA		
Lucro do exercício	20.080	22.909
Depreciação e amortização	4.275	4.247
Resultado financeiro	2.168	1.779
Imposto de renda e contribuição social	10.316	7.210
EBITDA	36.839	36.145

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ: 05.063.249/0001-60

Perfil do endividamento - R\$ mil	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	14.644	5.050
Não circulante	17.155	21.033
Dívida bruta	31.799	26.083
(-) Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos	(12.949)	(11.065)
(=) Dívida líquida	18.850	15.018
Dívida líquida/EBITDA	0,51	0,42

Dívida líquida - a dívida líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não possui um significado-padrão, nem pode ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias, tampouco é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A dívida líquida representa o somatório de empréstimos e financiamentos e debêntures do passivo circulante e do passivo não circulante, menos os equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

Governança Corporativa

No intuito de fornecer informações aos seus acionistas com agilidade, qualidade e transparência, a Companhia possui um Conselho de Administração, constituído desde o início de suas atividades, que é composto por membros efetivos e suplentes representantes de seus acionistas, com o objetivo de estabelecer as diretrizes fundamentais para a Companhia, verificar e acompanhar sua execução.

A Taesa realiza atividades de "back-office" para atividades administrativas da ETAU e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões em que o Grupo Taesa administra.

Gestão Operacional

A Companhia demonstrou mais uma vez sua capacidade de manter a disponibilidade da linha de transmissão consistentemente em elevados patamares, atingindo no ano de 2018 o resultado de 99,15% de disponibilidade. Este desempenho se deve também à qualidade dos ativos e instalações da Companhia e, principalmente, à competência técnica e especialização das equipes responsáveis pela operação e manutenção dos processos críticos.

A ETAU, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias de 31 de dezembro de 2018.



Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ: 05.063.249/0001-60

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestar serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 pelo valor de R\$103 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o exercício de 2018 nossos auditores independentes prestaram serviços para análise e diagnóstico das mudanças ocorridas nas normas contábeis, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018: CPC48 (IFRS 9) e CPC47 (IFRS15) e a partir de 2019: CPC 06 (R2) (IFRS 16). A Administração foi responsável pelo julgamento sobre os impactos oriundos das aplicações das respectivas normas, os quais estão divulgados em nota explicativa na demonstração financeira de 2018. A prestação de serviço foi custeada pela controladora Taesa.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas para auxiliar a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem ressalva e com ênfase de Adoção ao CPC 47 – Receita de contrato com cliente, com data de 15 de março de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ 101080/O-0

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ no 05.063.249/0001-60

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos			
Ativos circulantes			
Equivalentes de caixa	4	66	2.885
Títulos e valores mobiliários	5	12.883	4.023
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	5.003	4.420
Impostos e contribuições sociais		78	69
Outras contas a receber		319	288
Total dos Ativos Circulantes		18.349	11.685
Ativos Não Circulantes			
Depósitos vinculados	6	-	4.157
Depósitos judiciais		414	482
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	264	264
Impostos e contribuições sociais		25	130
Outras contas a receber		70	65
Imobilizado	8	109.849	105.473
Intangível	8	1.845	1.616
Total dos ativos não circulantes		112.467	112.187
Total dos ativos		130.816	123.872
Passivos			
Passivos circulantes			
Fornecedores		2.103	747
Empréstimos e financiamentos	10	4.609	5.011
Debêntures	10	10.035	39
Impostos e contribuições sociais		5.291	4.319
Taxas regulamentares		1.632	1.395
Dividendos a pagar	9	176	11.538
Outras contas a pagar		871	364
Total dos passivos circulantes		24.717	23.413
Passivos não circulantes			
Empréstimos e financiamentos	10	17.155	11.049
Debêntures	10	-	9.984
Impostos e contribuições diferidos		10.728	6.912
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	11	552	615
Obrigações especiais	8	3.273	3.273
Outras contas a pagar		1.019	635
Total dos passivos não circulantes		32.727	32.468
Patrimônio líquido			
Capital social		34.895	34.895
Reserva de lucros		34.895	34.895
Dividendos adicionais propostos		17.459	14.523
(Prejuízos) acumulados		(13.877)	(16.322)
Total do patrimônio líquido	13	73.372	67.991
Total dos passivos e do patrimônio líquido		130.816	123.872

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº05.063.249/0001-60

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Disponibilização do sistema de transmissão		47.147	45.901
Parcela variável		(233)	(168)
Receita bruta		<u>46.914</u>	<u>45.733</u>
PIS e COFINS Corrente		(1.875)	(1.738)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		<u>(1.809)</u>	<u>(1.659)</u>
Tributos e encargos		<u>(3.684)</u>	<u>(3.397)</u>
Receita Operacional Líquida	17	<u>43.230</u>	<u>42.336</u>
Material		(65)	(60)
Serviços de terceiros		(5.049)	(4.595)
Depreciação e amortização		(4.274)	(4.246)
Outros custos operacionais, líquidos de reembolsos		191	98
Custos operacionais		<u>(9.197)</u>	<u>(8.803)</u>
Pessoal	14	(82)	(72)
Serviços de terceiros		(1.219)	(1.315)
Depreciação e amortização		(1)	(1)
Outras despesas operacionais líquidas		<u>(167)</u>	<u>(247)</u>
Despesas operacionais		<u>(1.469)</u>	<u>(1.635)</u>
Resultado da atividade		<u>32.564</u>	<u>31.898</u>
Receitas financeiras		723	1.734
Despesas financeiras		<u>(2.891)</u>	<u>(3.513)</u>
Despesas financeiras líquidas	18	<u>(2.168)</u>	<u>(1.779)</u>
Resultado antes dos impostos e contribuições		<u>30.396</u>	<u>30.119</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(6.499)	(2.634)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		<u>(3.817)</u>	<u>(4.576)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	<u>(10.316)</u>	<u>(7.210)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>20.080</u></u>	<u><u>22.909</u></u>
Lucro por ação			
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)		<u>0,57543</u>	<u>0,65651</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº05.063.249/0001-60

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	20.080	22.909
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>20.080</u>	<u>22.909</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n. 05.063.249/0001-60

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	Capital social	Reservas de lucros		Divid. Adic. Propostos	(Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2016		34.895	6.979	27.916	21.391	(24.560)	66.621
Aprovação dos dividendos adicionais - AGO 08/04/2017		-	-	-	(21.391)	-	(21.391)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	22.909	22.909
Destinações societárias do exercício:							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(148)	(148)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	14.523	(14.523)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	13	34.895	6.979	27.916	14.523	(16.322)	67.991
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	(14.523)	-	(14.523)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.080	20.080
Destinações societárias do exercício:							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(176)	(176)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	17.459	(17.459)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13	34.895	6.979	27.916	17.459	(13.877)	73.372

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstrações do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>explicativa</u>		
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		20.080	22.909
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	8	4.275	4.247
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	11	40	-
Juros e variações monetárias líquidas - Empréstimos e financiamentos	10	1.606	2.019
Juros e variações monetárias líquidas - Debêntures	10	700	1.071
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12	10.316	7.210
Receitas Financeiras	18	(723)	(1.734)
Provisões - Custo de Construção		-	318
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) nas contas a receber de concessionárias e permissionárias		(583)	(276)
(Aumento) nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(276)	(420)
Redução nas outras contas a receber e depósitos judiciais		32	18
Aumento (redução) nos fornecedores		1.356	(1.136)
Aumento nas taxas regulamentares		237	280
Aumento (redução) nas outras contas a pagar		785	(3.291)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>37.845</u>	<u>31.215</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(5.155)</u>	<u>(5.889)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>32.690</u>	<u>25.326</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(Aumento) redução no saldo de títulos e valores mobiliários		(8.138)	12.631
Redução (aumento) nos depósitos vinculados		4.157	(310)
Adições/baixas no imobilizado e intangível	8	<u>(8.877)</u>	<u>(2.752)</u>
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos		<u>(12.858)</u>	<u>9.569</u>
Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos			
Captação de novos empréstimos	10	10.273	6.694
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(4.971)	(8.749)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	10	(1.204)	(1.568)
Pagamento de debêntures - juros	10	(688)	(1.115)
Dividendos pagos	9	<u>(26.061)</u>	<u>(30.482)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		<u>(22.651)</u>	<u>(35.220)</u>
(Redução) líquida nos equivalentes de caixa		<u>(2.819)</u>	<u>(325)</u>
Saldo inicial de equivalentes de caixa		2.885	3.210
Saldo final de equivalentes de caixa		66	2.885
(Redução) líquida nos equivalentes de caixa		<u>(2.819)</u>	<u>(325)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de maio de 2002, que tem por objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica denominada Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS e Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas, localizadas nas subestações de Santa Marta - RS e Campos Novos - SC, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 002/2002, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 18 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a ANEEL, o contrato de concessão nº 082/2002 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. A linha de transmissão de 230 kV tem extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação de Campos Novos - SC e término na subestação de Santa Marta - RS, fazendo parte do Sistema Interligado Nacional - SIN. A construção da linha de transmissão foi iniciada no exercício de 2002 e concluída em 24 de julho de 2005.

Controladores - possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("CEEE-GT").

Participação do leilão Eletrobrás – A Taesa e a DME se sagraram vencedoras do lote N do Leilão Eletrobrás nº 01/2018 no qual foi adquirida a participação societária detida pela Eletrobrás de 27,4162% na ETAU, na proporção de 23,0355% para a Taesa e 4,3807% para DME, que optaram por exercer seu direito de preferência, na forma do acordo de acionistas da ETAU, sobre a integralidade da participação acionária detida pela Eletrobrás. (Vide nota explicativa nº 21 – Eventos Subsequentes)

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 29 de abril de 2019.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 22.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- a) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.
- b) Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.
- c) Imposto de renda e contribuição social diferidos - são registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.
- d) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

3.3. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Não há o reconhecimento de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(iii) Ativos mantidos até o vencimento - Mantidos até o vencimento são ativos financeiros com vencimento determinado e que a Companhia tenha a intenção de manter até a data de vencimento. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos mantidos até o vencimento são medidos pelo custo amortizado.

b) Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na seguinte categoria:

(i) Outros passivos financeiros ao custo amortizado - São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c) Instrumento patrimonial

(i) Capital social - Ações ordinárias - são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo.

3.5. Redução ao valor recuperável ("impairment")

a) Ativos financeiros - um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

3.6. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias sobre dívidas.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

3.9. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.10. Normas e interpretações novas e revisadas

3.10.1. Novas normas aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2018 mas ainda não aprovadas pela ANEEL.

Dado o não posicionamento da ANEEL quanto à adoção e convergência dos Pronunciamentos Técnicos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, com vigência a partir de janeiro de 2018, os eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias, sendo divulgados somente nas demonstrações financeiras societárias emitidas em 15 de março de 2019.

3.10.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes até a data das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 para fins societários:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras societárias com a adoção do CPC 06 (R2).

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

A Companhia aguarda pronunciamento da ANEEL para a definição sobre a adoção das mesmas para fins de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos	66	2.885

Equivalentes de caixa são depósitos bancários à vista, operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante	12.883	4.023
Taxa de rentabilidade anual acumulada	102,65% do CDI	104,54% do CDI

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituição financeira nacional com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado, 100% por meio do FIC de FI Pampulha, fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de "aplicações" da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas ao risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

6. DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos vinculados e outros investimentos	-	4.157

Depósitos vinculados mantidos pela Companhia para garantia do financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que foi liquidado em 15 de janeiro de 2018. O saldo dos depósitos vinculados foi resgatado e reinvestido em equivalentes de caixa (aplicações financeiras em CDB).

7. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2018	31/12/2017
	Corrente a vencer	Corrente Vencida					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.452	350	108	4	353	5.267	4.684
Circulante						5.003	4.420
Não circulante						264	264

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2018	2017
Concessionários e Permissionários	5.267	4.684
	5.267	4.684
Circulante	5.003	4.420
Não circulante	264	264

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo registrado no ativo não circulante no valor de R\$264, refere-se aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Companhia na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças.

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial (a partir de abril de 2020), estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

- Estrutura de formação da RAP – a Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração também varia com a sua disponibilidade.
- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2018-2019			Ciclo 2017-2018			Ciclo 2016-2017		
Resolução nº 2.408 de 28/06/2018 Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019			Resolução nº 2.258 de 30/06/2017 Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018			Resolução nº 2.098 de 23/06/2016 Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
48.001	(1.960)	46.041	46.039	(2.207)	43.832	42.527	(2.958)	39.569

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Imobilizado	Valor Bruto em 2017	Adições (A)	Transferência (B)	Reclassificação (C)	Valor Bruto em 2018	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreciação 2018	Valor Líquido 2018	Valor Líquido 2017
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	862	-	645	-	1.507	645	-	1.507	862
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.310	-	389	-	1.699	389	(555)	1.144	800
Máquinas e equipamentos	138.054	-	9.021	-	147.075	9.021	(46.859)	100.216	95.421
Móveis e utensílios	2	-	-	-	2	-	(2)	-	-
	140.228	-	10.055	-	150.283	10.055	(47.416)	102.867	97.083
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	2.932	8.440	(9.410)	-	1.962	(970)	-	1.962	2.932
Terrenos	666	669	(645)	-	690	24	-	690	666
Adiantamento a fornecedores (*)	752	-	-	(476)	276	(476)	-	276	752
Móveis e utensílios	9	-	-	-	9	-	-	9	9
Material em depósito	4.031	14	-	-	4.045	14	-	4.045	4.031
	8.390	9.123	(10.055)	(476)	6.982	(1.408)	-	6.982	8.390
Total do Ativo Imobilizado	148.618	9.123	-	(476)	157.265	8.647	(47.416)	109.849	105.473

(*) Adiantamentos (compensações) a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica. No exercício de 2018 ocorreram compensações de adiantamentos a fornecedores realizados em exercícios anteriores.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Intangível	Valor Bruto em 2017	Adições (A)	Valor Bruto em 2018	Amortização	Valor Líquido 2018	Valor Líquido 2017
Ativo Intangível em Serviço						
<u>Transmissão</u>						
Servidões	922	-	922	-	922	922
Softwares	3	-	3	(3)	-	-
<u>Administração</u>						
Softwares	5	-	5	(2)	3	4
	930	-	930	(5)	925	926
Ativo Intangível em Curso						
Outros intangíveis em curso	690	230	920	-	920	690
Total do Ativo Intangível	1.620	230	1.850	(5)	1.845	1.616

	Taxas anuais médias de depreciação	2018			2017
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido (Reapresentado)
Imobilizado e intangível					
Em serviço - Transmissão					
Custo histórico	2,83%	151.213	(47.421)	103.792	98.009
Em curso - Transmissão					
Custo histórico	-	7.902	-	7.902	9.080
Total do imobilizado e intangível	-	159.115	(47.421)	111.694	107.089

Obrigações especiais (Passivo)	Valor Bruto em 2017	Valor Bruto em 2018	Amortização acumulada	Valor Líquido 2018	Valor Líquido 2017
Obrigações especiais	(3.852)	(3.852)	579	(3.273)	(3.273)
Total	(3.852)	(3.852)	579	(3.273)	(3.273)

Composição das adições do imobilizado e intangível por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e equipamentos	8.440	-	8.440
Terrenos	-	669	669
Material Estoque	14	-	14
Outras adições	-	-	-
Imobilizado em curso	8.454	669	9.123
Intangível em curso (*)	-	230	230
Total das adições do imobilizado e intangível em curso	8.454	899	9.353

(*) Processos de faixa de servidão ainda não julgados.

(**) Adiantamentos (compensações) a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica. No exercício de 2018 ocorreram compensações de adiantamentos a fornecedores realizados em exercícios anteriores.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº.05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. PARTES RELACIONADAS

I – Outras contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações com empresas ligadas						
1	OCR x Reembolso de custos de compartilhamento de instalações - STC	R\$3 Valor mensal	De 16/11/2006 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12% a.a. + multa de 2% a.a./ Atualização anual pelo IGP-M	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal	Não houve

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2018	31/12/2017	2018	2017
1	OCR x Reembolso de custos de CCI - STC	6	6	68	67

b) Passivos e despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações com Controladores						
1	OCP x Serviço de terceiros - "back-office" - Taesa	R\$69 Valor mensal	25/01/2018 a 24/01/2023	Multa de 2% a.m / Atualização anual pelo IGP-M	Pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento, na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Foi celebrado acordo para regularização de continuidade do pagamento em 23/01/2018, que teve validade a partir do final da vigência do contrato anterior, até a anuência da ANEEL ao pedido de renovação contratual.
2	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa	R\$68 Valor mensal	04/10/2017 a 04/07/2018	Juros de 1% a.m + Multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve	Em virtude da postergação do prazo de energização do empreendimento, o contrato foi prorrogado até 30/11/2018 e foi acrescentado o valor de R\$374

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
3	OCP x - reembolso de despesas e outros - Taesa	R\$14	N/A	N/A	N/A	Ocorreu queda de torres e a TAESA cedeu mão de obra e recursos para realização da manutenção
4	OCP x Serviço de terceiros – O&M - CEEE GT	R\$228 Valor mensal	23/06/2018 a 23/06/2019	Juros de 1% a.m. + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença estabelecidos no contrato, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada.	O serviço de transmissão de dados foi inserido no contrato de O&M, no valor mensal de R\$ 16 em 23/06/2018
5	OCP x Serviço de terceiros - fiscalização – CEEE GT	R\$79 Valor mensal	De 04/01/2016 até emissão do termo de aceitação definitiva do empreendimento	Juros de 1% a.m. e multa moratória de 2% / Atualização anual pelo IPC-A	Pode ser rescindido por atraso injustificado no pagamento de qualquer parcela por 90 dias/ descumprimento de qualquer cláusula do contrato	Contrato encerrado em dezembro/16
6	OCP x Serviço de terceiros - fiscalização – CEEE GT	R\$78 Valor mensal	De janeiro de 2018 até emissão do termo de aceitação definitiva do empreendimento	Juros de 1% a.m. e multa moratória de 2% / Atualização anual pelo IGPM	O inadimplemento por qualquer das partes, de obrigação estabelecidas, não sanadas no período de 30 dias contados da notificação emitida pela parte prejudicada; falência ou processo de recuperação judicial, decretada ou homologada, de qualquer das partes.	A contratada responderá pelos danos causados diretamente a contratante ou à terceiros, decorrente de culpa e dolo comprovados na execução das atividades inerentes ao contrato
7	OCP x Serviço de terceiros - Reembolso de custos e outros Serviços de engenharia - CEEE GT	N/A	Janeiro e fevereiro de 2018	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não Houve	Serviço de engenharia não previstos e reembolso de custos
8	OCP x Serviço de terceiros - CCI - CEEE GT	R\$10 Valor anual	De 15/04/2005 até a extinção da concessão de	Juros de 12% a.a + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes.	Não houve

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
			uma das partes			
Transações com empresas ligadas						
9	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de operação e manutenção - Eletrosul	R\$59 Valor mensal	23/06/2014 a 23/06/2018	Juros de 1% a.m + multa de 2% / taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-M/Junho	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL	Seguro dos equipamentos e bens, seguro de responsabilidade civil geral e responsabilidade da contratante com os custos não arcados pela apólice do seguro de responsabilidade civil geral
10	OCP x Serviço de terceiros - Comunicação multimídia – Eletrosul	R\$5 Valor mensal	23/12/2005 a 23/12/2020	Juros de 1% a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-DI	Pode ser rescindido por comum acordo das partes, mediante aviso prévio de 180 dias; em caso de extinção da concessão/autorização de qualquer das partes, por determinação legal; por uma das partes, caso a outra parte venha a descumprir as condições definidas no referido contrato	Não havendo manifestação entre as partes até o prazo máximo de 180 dias corridos antes de expirado o período contratual, o contrato fica automaticamente renovado por igual período
11	OCP x Outros custos operacionais - aluguel de imóvel - Eletrosul	R\$2 Valor mensal	01/11/2014 Renovação anual	Multa de 2% + Juros de mora de 1% / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve	Não houve
12	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de Compartilhamento de Instalações (CCI) – Eletrosul	R\$8 Valor anual contratual não corrigido	04/10/2004 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros 1% a.m + multa de 2%, calculados "pro rata die" / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve	Caso uma das partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações, em decorrência de caso fortuito ou força maior, o presente contrato CCI permanecerá em vigor
13	OCP x Serviço de terceiros – outros – Eletrosul	R\$18 Parcela única	Novembro de 2016 e Dezembro de 2017	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve	Supervisão e controle do gerador diesel na subestação Barra Grande - SC ao sistema

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
						supervisor SAGE e manutenção
14	OCP x - reembolso de despesas e outros - Eletrosul	N/A	N/A	N/A	N/A	Serviços administrativos não contemplados no termo de permissão de uso com a Eletrosul.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
1	Back office - Taesa	69	67	837	818
2	Serviços de engenharia - Reforço Banco de Capacitores - Taesa	368	68	781	204
3	Reembolso de despesa e outros serviços - Taesa	14	-	-	-
4	Transmissão de dados - CEEE GT	19	-	199	170
4	O&M - CEEE GT	209	21	2.678	2.612
5	Serviço de fiscalização - CEEE GT	-	-	-	10
6	Serviço de fiscalização - Montagem Eletromecânica SE LV - CEEE GT	-	-	755	-
7	Reembolso de custos e outros serviços de engenharia - CEEE GT	-	-	53	-
8	Taxa de conservação (CCI) - CEEE GT	-	-	20	19
9	O&M - Eletrosul	373	-	849	834
10	Comunicação multimídia - Eletrosul	10	10	121	122
11	Aluguel de imóvel - Eletrosul	2	-	14	10
12	Contrato de CCI - Eletrosul	-	-	17	15
13	Outros serviços - Eletrosul	-	29	-	31
14	Reembolso de despesa - Eletrosul	-	-	5	2
		1.064	195	6.329	4.847

II - Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2017	Dividendos pagos	Dividendos obrigatórios e adicionais	31/12/2018
Dividendos a pagar à Taesa	6.067	(13.704)	7.729	92
Dividendos a pagar à Eletrosul	3.163	(7.145)	3.982	-
Dividendos a pagar à Eletrobrás	-	-	48	48
Dividendos a pagar à DME	1.154	(2.606)	1.470	18
Dividendos a pagar à CEEE - GT	1.154	(2.606)	1.470	18
	11.538	(26.061)	14.699	176

Pagamento de dividendos	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor	Valor por ação ON
Adicionais	2017	27/04/2018	AGO	14/12/2018	14.523	0,41619
Obrigatórios	2017	27/04/2018	AGO	07/08/2018	146	0,00421
					14.699	
Adicionais	2016	28/04/2017	AGO	07/08/2018	11.392	0,32644
					26.061	

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

III) Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Proporção da remuneração total	2018	2017
Diretoria - remuneração fixa	100%	100%
Conselho de Administração (não há remuneração)	-	-

Valores reconhecidos no resultado – Diretoria	2018	2017
Remuneração	184	197

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Abertura do endividamento

10.1 Empréstimos e financiamentos

Características do Financiamento							
Financiador	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
BNDES Finame Alston	21/12/2015	CCB-subcrédito A	238	228	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	25
BNDES Finame Toshiba	21/12/2015	CCB-subcrédito A	2.833	2.687	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	25
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito A	7.566	7.210	15/08/2021	TJLP + 5,20%a.a	32
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito B	6.053	5.768	15/08/2021	SELIC + 3,76%a.a	32
BNDES Giro	19/07/2018	CCB-subcrédito A	10.273	10.273	15/08/2023	TLP + 2,78%a.a	36

Instituição/Linha Credora	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequência pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
Financ. / Emprést. Moeda Nacional									
BNDES Finame	7	972	1.052	2.031	15/01/2019	Mensal	15/01/2019	Mensal	SAC
BNDES - Automático	106	-	10.273	10.379	15/01/2019	Mensal	15/01/2019	Mensal	SAC
BNDES - Giro	26	3.498	5.830	9.354	15/02/2019	Mensal	15/09/2020	Mensal	SAC
Total	139	4.470	17.155	21.764					

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo	2020	2021	2022	2023	Total
Financiamento / Empréstimo - Moeda Nacional					
BNDES Finame	972	81	-		1.053
BNDES Automático	3.498	2.331	-		5.829
BNDES Giro	1.142	3.424	3.424	2.283	10.273
Total das dívidas	5.612	5.836	3.424	2.283	17.155

Movimentação dos financiamentos						
Financiador	31/12/2017	Captação	Juros e variações monetária	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2018
BNDES	646	-	(2)	(5)	(639)	-
BNDES - Automático (a)	12.442	-	1.176	(825)	(3.440)	9.353
BNDES - Finame Alston (a)	231	-	18	(20)	(69)	160
BNDES - Finame Toshiba (a)	2.741	-	211	(257)	(823)	1.872
BNDES -Giro	-	10.273	203	(97)	-	10.379
Total	16.060	10.273	1.606	(1.204)	(4.971)	21.764
Circulante	5.011					4.609

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Não circulante	11.049						17.155
----------------	--------	--	--	--	--	--	--------

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2020	2021	2022	2023	Não circulante	Total
TLP	106	1.142	3.424	3.424	2.283	10.273	10.379
URTJ	1.854	1.834	1.222	-	-	3.056	4.910
SELIC	1.670	1.664	1.109	-	-	2.773	4.443
Taxa Fixa	979	972	81	-	-	1.053	2.032
Total	4.609	5.612	5.836	3.424	2.283	17.155	21.764

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos.

O financiamento junto ao BNDES Automático possui a seguinte cláusula restritiva financeira de vencimento antecipado durante a vigência do respectivo contrato: (i) a razão entre a “dívida líquida” e “EBITDA” deverá ser menor ou igual a 3,0x durante a vigência do contrato; e (ii) o “índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD” deverá ser maior ou igual a 1,3x durante a vigência do contrato. A periodicidade dos cálculos é anual.

Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas estavam cumpridas.

Garantias	Financiadores			
	BNDES - Automático	BNDES - FINEAME ALSTON	BNDES - FINEAME TOSHIBA	BNDES – GIRO
Fiança Corporativa	X	X	X	X

10.2 Debêntures

Financiador	Movimentação de debêntures			
	31/12/2017	Juros incorridos/ custos (*)	Juros pagos	31/12/2018
BNP Paribas (1ª emissão)	10.023	700	(688)	10.035
Circulante	39			10.035
Não circulante	9.984			-

(*) Em 31 de dezembro de 2018 o saldo dos custos era de R\$16 (R\$32 em 31 de dezembro de 2017). A amortização dos custos de emissão de debêntures foi de R\$16 em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Instituição/ Linha Credora	Juros CP	Principa I CP	Principal + Juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequência pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistem á-tica amortiz
Moeda Nacional									
BNP Paribas- Debêntures	51	9.984	-	10.035	01/06/2019	Semestral	01/12/2019	Parcela única em 01/12/2019	Bullet
Total	51	9.984	-	10.035					

Características das debêntures	
Data da emissão	1º de dezembro de 2014.
Emissão/preço	Foram emitidas 1.000 com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo um valor total de R\$10.000.
Convertibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografária.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Características das debêntures	
Garantias	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.
Prazo e data de vencimento	5 (cinco) anos (1º de dezembro de 2019).
Remuneração	108% (cento e oito por cento) do CDI.
Data de pagamento dos juros	Semestralmente, no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 1º de junho de 2015 e o último será realizado em 1º de dezembro de 2019.
Prazo de amortização	Parcela única no vencimento da operação (1º de dezembro de 2019).
Data de aprovação em AGE	12 de novembro de 2014.
Outras informações	Os recursos provenientes dessa emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$10.032 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$78, representando 0,78% dos recursos captados.

As debêntures foram totalmente adquiridas pelo fundo de investimento "FIC de FI Pampulha".

O contrato de debêntures possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência do respectivo contrato.

Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

10.3 Abertura dos ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, depósitos vinculados e outros investimentos, e títulos e valores mobiliários	31/12/2018	31/12/2017
- Equivalentes de caixa - Bancos	66	2.885
- Depósitos vinculados e outros investimentos	-	4.157
- Títulos e valores mobiliários	12.883	4.023
	12.949	11.065

10.4 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	2018				Total 2017
	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP	Total	
Dívida Bruta					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	190	14.454	17.155	31.799	26.084
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos	-	12.949	-	(12.949)	(11.065)
Dívida Líquida				18.850	15.019

11. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes à faixa de servidão, e trabalhistas, que envolvem discussão de reclamação de adicional de periculosidade e verbas rescisórias, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor de R\$224.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2017	Adições	Baixa	Reversões	31/12/2018
Cíveis	495	19	(103)	(77)	334
Trabalhistas	120	98	-	-	218
	615	117	(103)	(77)	552

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era de R\$132, sendo R\$46 referentes a contingências cíveis e R\$86 a contingências tributárias (R\$152 em 31 dezembro de 2017, sendo R\$66 referentes a contingências cíveis e R\$86 a contingências tributárias), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.499)	(2.634)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.817)	(4.576)
	<u>(10.316)</u>	<u>(7.210)</u>

Correntes - calculados sobre o lucro líquido com base regime tributário do lucro real.

Diferidos - registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

Conciliação da taxa efetiva de IR e CSLL - Lucro Real	2018	2017
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	30.396	30.119
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(10.335)	(10.240)
Outros	19	3.030
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	<u>(10.316)</u>	<u>(7.210)</u>
Alíquota efetiva	34%	24%

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social totalmente integralizado era de R\$34.895, representado por 34.895.364 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1 (um real) por ação.

Composição acionária (*)	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Taesá	18.349.309	52,5838
Eletrobrás	9.566.983	27,4162
DME	3.489.536	10,0000
CEEE-GT	3.489.536	10,0000
Total	<u>34.895.364</u>	<u>100,0000</u>

(*) Titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº.05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não constituiu Reserva legal, pois o saldo desta reserva estava no limite de 20% do capital social e (b) Reserva especial - constituídas com todo ou parte do lucro remanescente com a finalidade de suportar o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, que delibera sobre as demonstrações financeiras societárias do exercício.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 1%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Prejuízos acumulados - o saldo desta rubrica, na contabilidade regulatória, refere-se à diferença entre os resultados auferidos nas demonstrações societárias e o das demonstrações contábeis regulatórias.

Destinação do lucro do exercício

Ratificada pela AGO de 27 de abril de 2018 (*)	31/12/2018	31/12/2017 (*)
Lucro do exercício	17.635	14.670
Dividendos obrigatórios (1%)	(176)	(147)
Dividendos adicionais propostos	(17.459)	(14.523)

A destinação do lucro do exercício é feita com base no resultado societário da Companhia.

14. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2018	2017
Remuneração direta	(46)	(38)
Benefícios	(20)	(21)
FGTS e INSS	(16)	(13)
Pessoal	(82)	(72)
Remuneração direta	(184)	(197)
Administradores	(266)	(269)

Administradores: não há remuneração para o Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2018, os diretores receberam o montante de R\$184 (R\$197 em 31 de dezembro de 2017), contabilizados no grupo despesas de "Serviços de terceiros".

15. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, e mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº.05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Chubb Seguros do Brasil	20/09/18 a 19/09/19	10.000	-	2
Risco operacional	Sompo Seguradora	19/11/18 a 18/11/19	-	16.491	27
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Zurich Seguradora	19/09/18 a 18/09/19	15.000	-	1

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração referentes ao risco de mercado (risco de taxa de câmbio, juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

16.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e debêntures, deduzidos pelos equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e patrimônio líquido.

16.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros		
Bancos	66	2.885
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
- Títulos e valores mobiliários	12.883	4.023
Empréstimos e recebíveis		
- Depósitos vinculados	-	4.157
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5.267	4.684
	18.216	15.749
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado		
- Fornecedores	2.103	747
- Empréstimos e financiamentos	21.764	16.060
- Debêntures	10.035	10.023
- Rateio de antecipação e Parcela de ajuste	1.019	634
	34.921	27.464

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.4. Risco de mercado

16.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

16.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	31/12/2018	Cenário provável em 31/12/2019
CDI/SELIC (a)	6,40%	6,50%
URTJ (b)	6,98%	7,03%

(a) Divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 12 de abril de 2019 – Fonte externa independente.

(b) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base na taxa divulgada no "site" do BNDES, obtida no dia 12 de abril de 2019 – Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2018	Efeito provável no LAIR – janeiro a dezembro de 2019 - aumento (redução)
<u>Ativos financeiros</u>		
Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários	12.883	14
<u>Passivos financeiros</u>		
Empréstimos e financiamentos e debêntures		
- TJLP	4.910	(2)
- CDI/SELIC	14.494	(15)
		(3)

16.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado pois as contrapartes em que tais instrumentos são mantidos são instituições financeiras que atendem a política de investimento da Companhia, cujo risco de

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

crédito é avaliado com base na classificação das principais agências de “rating”, índice de Basiléia e patrimônio líquido.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações a receber de concessionárias e permissionárias, o ativo de contrato de concessão e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária – CFB.

As principais vantagens desse mecanismo de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todas as transmissoras; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

16.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusulas restritivas (“covenants”), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros e de amortização; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Financiamentos e Debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Pós-fixada	(346)	(845)	(14.097)	(17.576)	(32.864)
Pré-fixada	(96)	(190)	(829)	(1.109)	(2.224)
Total	(442)	(1.035)	(14.926)	(18.685)	(35.088)

16.7. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, a atrasos na execução da obra e a potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - a Companhia pode ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais.

Risco técnico - a infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais, mas algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos maiores do que os previstos originalmente e, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. O objetivo da Companhia é administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia nos custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais.

16.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

16.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017	Hierarquia do valor justo
<u>Ativos financeiros</u> - Títulos e valores mobiliários	5	12.833	4.023	Nível 2

17. RECEITA LÍQUIDA

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2018	2017
Disponibilização do sistema de transmissão	47.147	45.901
Parcela variável (a)	(233)	(168)
Receita bruta	46.914	45.733
PIS e COFINS Correntes	(1.875)	(1.738)
Encargos setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D e TFSEE (b)	(1.809)	(1.659)
Tributos e encargos	(3.684)	(3.397)
Receita líquida	43.230	42.336

18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2018	2017
Renda de aplicação financeira	723	1.734
Receitas financeiras	723	1.734
Empréstimos e financiamentos		
- Juros incorridos	(1.250)	(1.515)
- Variação monetária	(356)	(504)
	(1.606)	(2.019)
Debêntures		
- Juros incorridos	(700)	(1.071)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(2.306)	(3.090)
Outras despesas financeiras, líquidas	(585)	(423)
Despesas Financeiras	(2.891)	(3.513)
	(2.168)	(1.779)

19. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção dos ativos - parte das atividades é realizada pela CEEE-GT e parte pela Eletrosul.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Leilão Eletrobrás - Homologação e assinatura do contrato - A Comissão de Alienação do Leilão Eletrobrás, por meio do comunicado n.º 15 de 14 de janeiro de 2019, informou que a Diretoria Executiva da Eletrobrás deliberou, em sua unanimidade, sem quaisquer ressalvas, a homologação do objeto do leilão referente ao Lote N, encerrando formalmente o processo do leilão. Em 14 de março de 2019 foi assinado o contrato de compra e venda de ações, o qual prevê a implementação de condições suspensivas de praxe para o tipo de operação, tais como aprovação do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (CADE) e anuência de credores da SPE entre outras. Após o atendimento das referidas condições suspensivas ocorrerá o efetivo fechamento da transação com a transferência das ações adquiridas para a Taesa.

Renúncia do Diretor Técnico - Em 1º de março de 2019 o Diretor Técnico Nelson Gravino renunciou ao cargo que permanece vago.



**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Leilão Eletrobrás 01/2018 – Em 11 de abril de 2019, o CADE emitiu, após o prazo legal recursal de 15 dias, as certidões de trânsito em julgado e arquivamento dos processos, tornando definitiva a decisão que aprovou sem restrições a aquisição da ETAU (representando participação societária de 23,03% do capital total).

Conclusão da compra da participação da Eletrobrás na ETAU - Em 15 de março de 2019 a Taesa pagou a primeira parcela da compra no valor de R\$1.675 e em 29 de abril de 2019 foi concluída a compra, quando a Taesa pagou a segunda parcela do contrato no valor de R\$31.205 e passou a ser titular de mais 23,0355% do capital social total e votante da ETAU, totalizando 75,6193% do capital social total e votante da ETAU. Nesta mesma data as partes assinaram o termo lavrado no Livro de Transferência de Ações Nominativas da Taesa, a fim de formalizar a transferência das Ações pela Eletrobrás à Taesa, e a Eletrobrás entregou as vias originais das cartas de renúncia apresentadas pelos diretores, pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da ETAU indicados pela Eletrobrás. Vale ressaltar que os dividendos referentes às ações que vierem a ser declarados e/ou distribuídos pela ETAU com base no lucro líquido ajustado apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 serão exclusivamente atribuíveis à Taesa, não cabendo qualquer parcela à Eletrobrás.

22. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhados a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balança Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativos circulantes							
Equivalentes de caixa		66	-	66	2.885	-	2.885
Títulos e valores mobiliários		12.883	-	12.883	4.023	-	4.023
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		5.003	-	5.003	4.420	-	4.420
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	-	-	-	27.539	27.539
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	30.760	30.760	-	-	-
Impostos e contribuições sociais		78	-	78	69	-	69
Outras contas a receber		319	-	319	288	-	288
Total dos ativos circulantes		18.349	30.760	49.109	11.685	27.539	39.224
Ativos não circulantes							
Depósitos vinculados		-	-	-	4.157	-	4.157
Depósitos judiciais		414	-	414	482	-	482
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		264	-	264	264	-	264
Impostos e contribuições sociais		25	-	25	130	-	130
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	-	-	-	105.240	105.240
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	103.388	103.388	-	-	-
Outras contas a receber		70	-	70	65	-	65
Imobilizado	(iv)	109.849	(109.849)	-	105.473	(105.473)	-
Intangível	(iv)	1.845	(1.842)	3	1.616	(1.612)	4
Total dos ativos não circulantes		112.467	(8.303)	104.164	112.187	(1.845)	110.342
Total dos ativos		130.816	22.457	153.273	123.872	25.694	149.566

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivos							
Passivos circulantes							
Fornecedores		2.103	-	2.103	747	-	747
Empréstimos e financiamentos		4.609	-	4.609	5.011	-	5.011
Debêntures		10.035	-	10.035	39	-	39
Impostos e contribuições sociais		5.291	-	5.291	4.319	-	4.319
Taxas regulamentares		1.632	-	1.632	1.395	-	1.395
Dividendos a pagar		176	-	176	11.538	-	11.538
Outras contas a pagar		871	-	871	364	-	364
Total dos passivos circulantes		24.717	-	24.717	23.413	-	23.413
Passivos não circulantes							
Empréstimos e financiamentos		17.155	-	17.155	11.049	-	11.049
Debêntures		-	-	-	9.984	-	9.984
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	10.728	5.518	16.246	6.912	6.777	13.689
Provisões Para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis		552	-	552	615	-	615
Obrigações especiais		3.273	(3.273)	-	3.273	(3.273)	-
Tributos diferidos	(iii)	-	6.335	6.335	-	5.868	5.868
Outras contas a pagar		1.019	-	1.019	635	-	635
Total dos passivos não circulantes		32.727	8.580	41.307	32.468	9.372	41.840
Patrimônio Líquido							
Capital social		34.895	-	34.895	34.895	-	34.895
Reserva de lucros		34.895	-	34.895	34.895	-	34.895
Dividendos adicionais propostos		17.459	-	17.459	14.523	-	14.523
Prejuízos acumulados		(13.877)	13.877	-	(16.322)	16.322	-
Total do patrimônio líquido	(v)	73.372	13.877	87.249	67.991	16.322	84.313
Total dos passivos e do patrimônio líquido		130.816	22.457	153.273	123.872	25.694	149.566

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício		2018			2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
	<u>Nota explicativa</u>						
Disponibilização do sistema de transmissão		47.147	(47.147)	-	45.901	(45.901)	-
Operação e manutenção		-	12.204	12.204	-	11.788	11.788
Construção e indenização		-	9.532	9.532	-	1.720	1.720
Remuneração do ativo financeiro de concessão		-	-	-	-	13.417	13.417
Correção monetária do ativo financeiro de concessão		-	-	-	-	(1.126)	(1.126)
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	12.858	12.858	-	-	-
Correção monetária do ativo de contrato de concessão		-	9.464	9.464	-	-	-
Parcela variável		(233)	-	(233)	(168)	-	(168)
Outras receitas		-	4.931	4.931	-	5.329	5.329
Receita bruta	(vi)	46.914	1.842	48.756	45.733	(14.773)	30.960
PIS e COFINS Corrente		(1.875)	-	(1.875)	(1.738)	-	(1.738)
PIS e COFINS Diferido		-	(467)	(467)	-	320	320
Quota para RGR, P&D e TFSEE		(1.809)	-	(1.809)	(1.659)	-	(1.659)
Tributos e encargos	(vii)	(3.684)	(467)	(4.151)	(3.397)	320	(3.077)
Receita operacional líquida		43.230	1.375	44.605	42.336	(14.453)	27.883
Material		(65)	(9.353)	(9.418)	(60)	(2.276)	(2.336)
Serviços de terceiros		(5.049)	-	(5.049)	(4.595)	-	(4.595)
Depreciação e amortização		(4.274)	4.274	-	(4.246)	4.246	-
Outros custos operacionais		191	-	191	98	-	98
Custos operacionais	(viii)	(9.197)	(5.079)	(14.276)	(8.803)	1.970	(6.833)
Pessoal		(82)	-	(82)	(72)	-	(72)
Serviços de terceiros		(1.219)	-	(1.219)	(1.315)	-	(1.315)
Depreciação e amortização		(1)	-	(1)	(1)	-	(1)
Despesas operacionais líquidas		(167)	-	(167)	(247)	-	(247)
Despesas operacionais		(1.469)	-	(1.469)	(1.635)	-	(1.635)
Resultado da atividade		32.564	(3.704)	28.860	31.898	(12.483)	19.415
Receitas financeiras		723	-	723	1.734	-	1.734
Despesas financeiras		(2.891)	-	(2.891)	(3.513)	-	(3.513)
Despesas financeiras líquidas		(2.168)	-	(2.168)	(1.779)	-	(1.779)
Resultado antes dos impostos e contribuições		30.396	(3.704)	26.692	30.119	(12.483)	17.636
Imposto de renda e contribuição social	(ix)	(10.316)	1.259	(9.057)	(7.210)	4.244	(2.966)
Lucro líquido do exercício	(x)	20.080	(2.445)	17.635	22.909	(8.239)	14.670



Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão e Ativo financeiro de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros (ICPC 01 (R1)), para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida com base no índice de correção definido no contrato de concessão assinado com o Poder Concedente, Índice Geral Preços de Mercado – IGP-M, a partir da entrada em operação do empreendimento.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.



Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Como consequência da aplicação do CPC 47, o Ativo financeiro de concessão, cujo saldo totalizava, em 1º de janeiro de 2018 R\$132.779, passou a ser classificado como Ativo de contrato de concessão. Não houve impacto na mensuração do ativo de contrato relativo a períodos anteriores.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 (para o exercício de 2018) e da ICPC 01 (R1) (para o exercício de 2017) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47) e ativo financeiro de concessão (ICPC 01 (R1)), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são: (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47 e pela ICPC 01 (R1); e (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.



Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido societário	87.249	84.313
Ativo financeiro de concessão (ICPC 01 (R1))	-	(132.779)
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(134.148)	-
Imobilizado e intangível (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	111.691	107.085
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	5.518	6.777
Tributos diferidos (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	6.335	5.868
Obrigações especiais (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	(3.273)	(3.273)
Patrimônio líquido regulatório	<u>73.372</u>	<u>67.991</u>

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização, remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, remuneração do ativo financeiro de concessão e correção monetária do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(x) Lucro líquido do exercício

Conciliação do lucro societário e regulatório	2018	2017
Lucro societário do exercício	17.635	14.670
Receita bruta (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	(1.842)	14.773
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	467	(320)
Depreciação e amortização (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	(4.274)	(4.246)
Custos operacionais - Materiais (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	9.353	2.276



Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	(1.259)	(4.244)
Lucro regulatório do exercício	20.080	22.909

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47 e da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

* * * * *



Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
Marco Antônio Resende Faria (Taesa)	Diretor Geral e Financeiro
Cargo vago	Diretor Técnico

Conselho de Administração	
Titulares	Suplentes
Fábio Antunes Fernandes (Taesa)	Marco Antônio Resende Faria (Taesa)
Cargo vago	Rogério Bonini Ruiz (Eletrosul)
Jorge Paglioli Jobim (CEEE-GT)	Vagner Rinaldi (CEEE-GT)
Marcelo Dias Loichate (DME)	Miguel Gustavo Junqueira Franco (DME)

Wagner Rocha Dias
Contador
CRC-RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49